

CAMINHOS DE FUTURO

NOVOS MAPAS PARA AS
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



18 > 21 Junho 2008

*** Colóquio Internacional**

Teatro Académico Gil Vicente
Auditório da Faculdade Direito
Auditório da Reitoria Universidade de Coimbra

A propósito da comemoração dos seus trinta anos, o Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra promove, neste Colóquio Internacional, uma reflexão sobre as relações, diálogos e tensões que marcam actualmente o território heterogéneo das Ciências Sociais e Humanas (CSH) e os diferentes contextos em que elas se têm desenvolvido, quer a nível geográfico (nacionais, regionais e globais), quer a nível da sua inserção social (relevância, contribuição para políticas públicas, relações com as Ciências Naturais e tecnologias).

Coordenadores Científicos:

Boaventura de Sousa Santos, João Arriscado Nunes e José Manuel Mendes

Comissão Organizadora:

Catarina Martins, Margarida Calafate Ribeiro, Marisa Matias, Paulo Peixoto e Tiago Santos Pereira

PROGRAMA

18 DE JUNHO, 2008 | QUARTA-FEIRA

09:15 – 19:00 | OS JOVENS E OS CAMINHOS DE FUTURO: WORKSHOP PRÉ-COLÓQUIO

Centro de Estudos Sociais

19:30 | INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA 'ATMOSFERA DE UM LUGAR'

Teatro Académico de Gil Vicente

19 DE JUNHO, 2008 | QUINTA-FEIRA

Auditório da Faculdade de Direito

9:30 – 10:00 | Sessão de Abertura

Fernando Seabra Santos
Reitor da Universidade de Coimbra

Carlos Fortuna
Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

José Augusto Cardoso Bernardes
Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Gabriel Silva
Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Boaventura de Sousa Santos
Director do Centro de Estudos Sociais

Entrega do Prémio CES

10:00 – 10:45 | Conferência Inaugural

Boaventura de Sousa Santos

A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal

10:45 – 11:00 | Coffee-break

11:00 – 13:00 | Sessão I

As Ciências Sociais e as Ciências Humanas: Complementaridade necessária?

Moderadora:

Isabel Caldeira | *Estudos literários, Centro de Estudos Sociais*

Conferencistas:

Marilena Chauí | *Filosofia, Universidade de S. Paulo*

A virtù contra a fortuna e a resignação

Graça Capinha | *Estudos literários, Centro de Estudos Sociais*

Puzzles e Móviles

Comentadores:

Miguel Vale de Almeida | *Antropologia, ISCTE*

Vítor Neves | *Economia, Centro de Estudos Sociais*

13:00 – 14:30 | Almoço

14:30 – 16:30 | Sessão II

Teorias e metodologias de investigação e de intervenção: analisar para transformar?

Moderadora:

Virgínia Ferreira | *Sociologia, Centro de Estudos Sociais*

Conferencistas:

Mary Layoun | *Estudos literários, Universidade de Wisconsin-Madison*

Mapas do Aqui e Agora: Visionando o pós-Aqui e o pós-Agora

José Manuel Mendes | *Sociologia, Centro de Estudos Sociais*

Para além das narrativas e das tecnologias: redes indizíveis e o papel das resistências

Comentadores:

Cláudio Torres | *Arqueologia, Campo Arqueológico de Mértola*

Marisa Matias | *Sociologia, Centro de Estudos Sociais*

16:30 – 17:00 | Coffee-break

17:00 – 19:00 | Sessão III

Interculturalidade e pós-colonialismos: é possível a igualdade na diferença?

Moderadora:

Maria Ioannis Baganha | *Sociologia, Centro de Estudos Sociais*

Conferencistas:

Ramón Grosfoguel | *Sociologia, Universidade de Berkeley*

Dos Estudos Pós-coloniais aos Estudos Descolonizados: Descolonizando o conceito ocidental de Universalidade

Maria Paula Meneses | *Antropologia, Centro de Estudos Sociais*

Saberes e traduções em África: desafios à interculturalidade

Comentadores:

Ana Gabriela Macedo | *Literatura Comparada, Universidade do Minho*

Margarida Calafate Ribeiro | *Estudos Literários, Centro de Estudos Sociais*

20 DE JUNHO, 2008 | SEXTA-FEIRA

10:00 – 12:00 | Sessão IV

A Universidade do futuro: há lugar para as Ciências Sociais e Humanas?

Moderador:

Carlos Fortuna | *Sociologia, Centro de Estudos Sociais*

Conferencistas:

Valentin Mudimbe | *Filosofia, Universidade de Duke*

E Simónides disse: “É a cidade que educa os Humanos.” – Sobre a alma da Universidade de hoje, uma visão pessoal

António Sousa Ribeiro | *Estudos literários, Centro de Estudos Sociais*

Um tecto entre ruínas? As humanidades na universidade do século XXI

Comentadores:

Luiza Cortesão | *Ciências da Educação, Universidade do Porto*

Elísio Estanque | *Sociologia, Centro de Estudos Sociais*

12:00 – 14:00 | Almoço

14:00 – 16:00 | Sessão V

Políticas sociais e novos riscos públicos: possível combinar complexidade com equidade?

Moderador:

Pedro Hespanha | *Sociologia, Centro de Estudos Sociais*

Conferencistas:

Shiv Visvanathan | *Antropologia, Dhirbhai Ambani Institute of Information and Communication Technology, Hujarat*

Democracia, Diversidade e o Corpo Político: A emergência da Biotecnologia como imaginação na Índia

Sílvia Portugal | *Sociologia, Centro de Estudos Sociais*

Sob(re) as políticas que não nos protegem: novos riscos e desafios à teoria sociológica

Comentadores:

Graça Carapinheiro | *Sociologia, ISCTE*

João Arriscado Nunes | *Sociologia, Centro de Estudos Sociais*

16:00 – 16:30 | Coffee-break

16:30 – 18:30 | Sessão VI

Governança e dinâmicas sociais contemporâneas: um mundo de diversidades ou de homogeneidades?

Moderadora:

Maria Manuel Leitão Marques | *Direito, Centro de Estudos Sociais*

Conferencistas:

Bruno Amable | *Economia, Université de Paris I*

A Agenda de Lisboa: o fim do(s) modelo(s) europeus de capitalismo?

José Reis | *Economia, Centro de Estudos Sociais*

Os mapas da diversidade: para além da globalização e da “redução” do mundo

Comentadores:

António Manuel Figueiredo | *Economia, Faculdade de Economia da Universidade do Porto*

José António Bandeirinha | *Arquitetura, Centro de Estudos Sociais*

20:00 | JANTAR

Casino Figueirense

22:30 | CONCERTO

Casino Figueirense

António Pinho Vargas (piano)

solo & duo

com José Nogueira (sax)

21 DE JUNHO, 2008 | SÁBADO

9:15 – 11:15 | Sessão VII

Globalização, paz e democracia: são possíveis alternativas à violência?

Moderador:

Fernando Ruivo | *Sociologia, Centro de Estudos Sociais*

Conferencistas:

Chantal Mouffe | *Ciência política, University of Westminster*

Política Agonística num Mundo Multipolar

José Manuel Pureza | *Relações internacionais, Centro de Estudos Sociais*

Para que servem os estudos para a Paz?

Comentadores:

Rui Tavares | *Historiador, Ecole Hautes Etudes Sciences Sociales*

Cecília M. Santos | *Sociologia, Centro de Estudos Sociais*

11:15 – 11:30 | Coffee-break

11:30 – 13:30 | Mesa Redonda

Cartografando futuros

Moderador:

Tiago Santos Pereira | *Estudos de ciência e tecnologia, Centro de Estudos Sociais*

Convidados/as:

Emir Sader | *Sociologia, Secretário Executivo do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)*

Teresa Cruz e Silva | *História, Presidente do Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA)*

Lígia Amâncio | *Psicologia, Vice-presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia*
Helga Nowotny | *Estudos Sociais da Ciência, Vice-Chair do European Research Council*

Assinatura de Protocolo entre o Council for the Development of Social Research in Africa (CODESRIA) e o Centro de Estudos Sociais (CES)

Adebayo Olukoshi
Boaventura de Sousa Santos

Encerramento

José Mariano Gago
Ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior

CONFERÊNCIA INAUGURAL

Boaventura de Sousa Santos |

A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal

19 de Junho, 10:00 - 10:45

A “epistemologia do Sul” que tenho vindo a propor visa a recuperação dos saberes e práticas dos grupos sociais que, por via do capitalismo e do colonialismo, foram historicamente e sociologicamente postos na posição de serem tão só objecto ou matéria-prima dos saberes dominantes, considerados os únicos válidos. Os conceitos centrais da epistemologia do Sul são a sociologia das ausências, a sociologia das emergências, a ecologia de saberes, e a tradução intercultural. Não se trata verdadeiramente de uma epistemologia, mas antes de um conjunto de epistemologias. Ao contrário das epistemologias do Norte, as epistemologias do Sul procuram incluir o máximo das experiências de conhecimentos do mundo. Nelas cabem, assim, depois de reconfiguradas, as experiências de conhecimento do Norte. Abrem-se pontes insuspeitadas de intercomunicação, nomeadamente com as tradições ocidentais que foram marginalizadas, desacreditadas ou esquecidas pelo que no século XIX passou a vigorar como o cânone da ciência moderna.

Boaventura de Sousa Santos é Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e *Global Legal Scholar* da Universidade de Warwick. *Distinguished Legal Scholar* da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin-Madison. Director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e director do Centro de Documentação 25 de Abril da mesma Universidade. As suas publicações mais recentes incluem *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política* (Porto: Afrontamento, 2006); *Cognitive Justice in a Global World: Prudent Knowledge for a Decent Life* (Lanham: Lexington Books, 2007).

SESSÃO I. As Ciências Sociais e as Ciências Humanas: Complementaridade Necessária?

19 de Junho, 11h00-13h00

Este painel propõe-se discutir os vários processos de fragmentação a que temos assistido nas diversas áreas das CSH e as novas reconfigurações do saber que têm vindo a emergir. Se, por um lado, estas nos abrem perspectivas mais amplas de análise e interpretação da realidade (a partir das várias áreas do saber e de diferentes lugares de enunciação), também nos criam, por vezes, alguma angústia de reconhecimento em relação ao cânone das grandes narrativas disciplinares a que o saber institucionalizado nos habituou. De que modos, com que instrumentos, e com que benefícios e riscos se passa da interdisciplinaridade à transdisciplinaridade ou mesmo à indisciplinaridade?

No panorama científico nacional, o Centro de Estudos Sociais é das poucas instituições onde uma forte investigação no âmbito das Ciências Sociais se tem combinado com uma investigação igualmente forte

no âmbito das Humanidades. Esta interligação reflexiva, que se foi construindo ao longo dos últimos trinta anos, proporcionou o desenvolvimento de linhas de pensamento inovadoras na análise dos fenômenos sociais, políticos e artísticos, de que resultaram muitas publicações colectivas, e tornou possível, mais recentemente, a abertura de programas de doutoramento transdisciplinares em áreas tradicionalmente apresentadas como pertencendo às humanidades (Interculturalidade e Pós-colonialismo), à sociologia e à economia (Democracia para o Século XXI, Governança, Conhecimento e Inovação), ou ainda à ciência política e ao direito (Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI). Torna-se agora necessário levar esta interligação reflexiva ao patamar seguinte: o da intraligação, ou seja, o da construção de novas constelações de saber, nas quais as marcas disciplinares sejam profundamente transformadas, se não mesmo abolidas. Pensamos que, no futuro, será neste patamar que, de um modo mais produtivo, se discutirá a questão da complementaridade necessária entre as ciências sociais e humanas.

Marilena Chauí | A virtú contra a fortuna e a resignação

No final da primeira metade do Século XX, erguendo-se contra o cientificismo positivista e o intelectualismo das filosofias da subjetividade, Maurice Merleau-Ponty escreveu uma *Fenomenologia da Percepção*, título significativo em si mesmo, uma vez que contraposto à *Fenomenologia do Espírito* de Hegel.

Nessa obra, Merleau-Ponty considerava que dois erros rivais – empirismo positivista e idealismo reflexivo – eram obstáculos a um diálogo efetivo entre a filosofia e a ciência, a primeira acreditando dominar o real pelas idéias, a segunda imaginando agarrá-lo pelos fatos. Assim, a fenomenologia da percepção propunha “uma concepção alargada da razão”, uma filosofia fundada no corpo cognoscente como “sensível exemplar” porque sensível para si mesmo, de cuja sensibilidade e motricidade nascem o espaço, o tempo, o desejo, a linguagem e o pensamento. A fenomenologia da percepção recusava a cisão entre a consciência e o mundo, desfazendo a arrogância filosófica da Subjetividade Pura e o privilégio cientificista da Objetividade Pura.

Hoje, enfrentamos dois fenômenos, no campo do conhecimento: de um lado, o risco de um novo positivismo cientificista, trazido pelo prestígio da neurobiologia, que pode nos levar de volta ao reducionismo objetivista da atividade psíquica, cognitiva e afetiva; de outro, a perda da profundidade do espaço e do tempo, ou a atopia e a acronia, isto é, a fragmentação e dispersão espacial e temporal e sua reunificação abstrata sob os efeitos das tecnologias eletrônicas e de informação, que produzem a compressão do espaço – tudo se passa aqui, sem distâncias, diferenças nem fronteiras – e a compressão do tempo – tudo se passa agora, sem passado e sem futuro. A profundidade do tempo e seu poder diferenciador (sua inquietude imanente, como dissera Merleau-Ponty) desaparecem sob o poder do instantâneo. A profundidade de campo, que define o espaço topológico, desaparece sob o poder de uma localidade sem lugar e das tecnologias de sobrevôo. Vivemos sob o signo da telepresença e da teleobservação, em que tudo parece nos ser imediatamente dado sob a forma da transparência temporal e espacial das imagens, apresentadas como evidências.

Podemos, então, indagar: não seria este o momento oportuno para que as humanidades proponham uma nova fenomenologia da percepção e uma nova meditação sobre as relações entre filosofia e ciência?

Do ponto de vista sócio-político, a nova forma do capital opera pelo encolhimento do espaço público dos direitos e pelo alargamento da esfera privada dos interesses, instaurando em escala planetária a divisão sócio-econômica entre bolsões de riqueza e abundância jamais vistas e bolsões de miséria num nível jamais visto. A desigualdade, a injustiça, a exclusão e a violência parecem ter atingido o ponto máximo de não retorno. Vivemos, et pour cause, o regresso dos fundamentalismos religiosos, pois o imaginário religioso contrapõe à fragmentação do espaço a idéia de espaço sagrado ou terra santa, e à fugacidade do tempo, a idéia de tempo sagrado ou de guerra santa. Sob o impacto da derrocada do totalitarismo soviético, sob os efeitos da globalização da economia e sob o signo da pós-modernidade e da desaparecimento da metafísica do progresso, hoje se fala no fechamento do horizonte histórico e na desaparecimento da idéia e do desejo do possível. Em seu lugar, a filosofia e as artes (particularmente a literatura e o cinema) puseram em movimento as distopias da catástrofe, do medo e da inevitabilidade da sociedade da vigilância e do controle.

Podemos então indagar: não seria este o momento oportuno para as humanidades recuperarem sua força crítica e não temerem resgatar o discurso utópico, não como um programa de ação (pois uma utopia não é um programa político), mas como um projeto histórico?

A ética e a política são impossíveis se considerarmos que tudo é necessário ou que tudo é contingente. Contra esse dualismo rival da necessidade e da contingência precisamos erguer a idéia do possível: o possível não é o provável e nem o não-impossível e sim o poder de nossa liberdade para dar a uma situação de fato (necessária ou contingente) um sentido novo que ela só adquire por nossa ação, quando não nos contentamos com a mera reação indignada ou compassiva perante o mal. A liberdade é esse poder para transcender o presente numa significação nova que o transforma em porvir.

Merleau-Ponty escreveu certa vez que o mal não está em nós nem fora de nós, nas coisas e nos outros, e sim nos laços que tecemos entre nós e os outros e que nos sufocam. A isto, dizia ele, não devemos contrapor o sofrimento e a compaixão, mas afirmar a virtú sem nenhuma resignação.

Indaguemos: onde se encontra, hoje, a virtú das humanidades?

Graça Capinha | *Puzzles e Móviles*

Esta apresentação preocupar-se-á sobretudo com os modos de produção e circulação dos discursos do conhecimento, neste que é o nosso paradigma de modernidade, para se centrar na forma como o discurso poético e/ou da arte (tomados no seu sentido etimológico, *poiein* e *ars*) tem sido marginalizado enquanto espaço de saber.

Avaliar as razões pelas quais as hierarquias dos discursos levaram à perda da função social da poesia e do poeta - função primeva de toda a arte - e abordar o espaço de resistência que foi o Modernismo do início do século XX, sobretudo na sua vertente Romântica, serão pontos de partida para procurar re-ver as construções mitopoéticas da própria ciência moderna e para tentar, simultaneamente, propor um modelo dinâmico e espacial, de linguagem e de saber, ancorado nessa "outra tradição" que passa por Homero, Dante, Shakespeare, Mallarmé, Joyce ou Stein.

Alguns poetas norte-americanos, resistindo ao emergir do imperialismo norte-americano na década de 50 - um imperialismo sustentado pelo poder científico e tecnológico ao serviço do poder instituído - conjugam toda essa tradição, de que se sentem herdeiros, e, recuperando o ideal democrático de Whitman, vêm propor uma nova/velha forma de conhecimento que só pode expressar-se numa linguagem aberta, numa poética entendida como prática de cidadania - em processo (de criação e/ou de conhecimento).

Esse é o "pós"-modernismo ultra-modernista que nos continua a desafiar enquanto possibilidade de ruptura epistemológica.

Sobre os Participantes

Moderadora:

Isabel Caldeira é Professora Associada no Grupo de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras de Coimbra e Investigadora do CES. Ex-Presidente da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, continua a ser a sua representante na Direcção da European Association for American Studies. As suas áreas de interesse e investigação são a Americanística, a Afro-Americanística e os Estudos Culturais Comparados, com especial incidência nas literaturas da diáspora africana. Entre as suas publicações, há a referir a co-autoria do *Manual de Literatura Americana*, Universidade Aberta, Lisboa, 1999 e a organização do livro *Novas Histórias Literárias/New Literary Histories*, Coimbra, 2004.

Conferencistas:

Marilena Chauí é Professora Catedrática de Filosofia Política e História da Filosofia Moderna da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Entre outros livros, escreveu *Nervura do Real. Imanência e Liberdade Em Espinosa*. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 e *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas. Nova edição revista e ampliada*, São Paulo: Editora Cortez, 2006.

Graça Capinha é Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigadora do Centro de Estudos Sociais onde integra o Núcleo de Estudos Culturais Comparados e dirige a Oficina de Poesia. É ainda coordenadora do projecto colectivo "Novas Poéticas de Resistência: o século XXI em Portugal" (FCT). As suas áreas de interesse e investigação são a Americanística, Identidades, Poesia da Emigração, Poética e Poesia Contemporâneas, Políticas da língua(gem), Sociologia da Cultura e da Literatura. Um dos seus artigos mais recentes é "Robert Duncan and the Question of Law: Ernst Kantorowicz and the Poet's Two Bodies", in Albert Gelpi & Robert Bertholf (eds.). *The Poetry of Politics, the Politics of Poetry* (Palo Alto: Stanford University Press, 2006).

Comentadores:

Miguel Vale de Almeida é Professor no Departamento de Antropologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Tem feito pesquisa sobre género, sexualidade e raça, com trabalho de campo em Portugal, Espanha e Brasil. É director da *Revista Etnográfica*, publicação do Centro de

Estudos de Antropologia Social e autor, entre outros títulos, de *Um Mar da Cor da Terra - Raça, Cultura e Política de Identidade*, Oeiras: Celta, 2000 e de *Outros Destinos. Ensaios de Antropologia e Cidadania*, Campo das Letras, 2004.

Vitor Neves é Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Sociais, onde integra o Núcleo de Estudos sobre Governação e Instituições da Economia. Os seus actuais interesses englobam os sistemas abertos e as conexões sociais da economia, o "económico" e a isolação interdisciplinar da Economia. É autor, entre outros artigos, de "Situational analysis beyond 'single-exit' modelling", *Cambridge Journal of Economics*, 6, (2004), 921-936.

SESSÃO II. Teorias e metodologias de investigação e de intervenção: analisar para transformar?

19 de Junho, 14h30-16h30

As metodologias utilizadas pelas Ciências Sociais e Humanas (CSH) são muito diversificadas, revelando frequentemente tensões internas. O debate nesta área tem incidido frequentemente sobre a dicotomia entre metodologias quantitativas e qualitativas, privilegiando-se um paradigma da racionalidade tecnicista, que marginaliza considerações sobre a sua própria natureza e consequências políticas. Torna-se assim necessário questionar de que modo as metodologias utilizadas pelas CSH têm vindo (e podem vir) a desafiar este paradigma da racionalidade tecnicista, ou seja, como é que as questões que colocamos, os objectos que escolhemos, os métodos que utilizamos, e as formas de "devolução" dos resultados podem tornar as nossas investigações mais emancipatórias. Para tal, será necessário analisar as novas configurações de um paradigma da racionalidade política ("engajada", colaborativa, solidária, participativa), assim como os seus limites. Essa análise deverá questionar também o que muda na nossa perspectiva sobre o conhecimento, se admitirmos a subjectividade, o desejo e a localização do crítico. Por outro lado, as metodologias das CSH revelam também fortes ligações a outras áreas e perspectivas, pelo que as fronteiras tradicionais têm sido transgredidas, como é o caso da literatura e da sociologia, ou da teoria e da política. A emergência de áreas como os estudos culturais e os estudos dos média são bons exemplos dessa fertilização mútua de campos e disciplinas. O alargamento dos conceitos de cultura, por um lado, e de texto, por outro, abriram novos horizontes teóricos e metodológicos; para além da visibilidade dada a grupos subalternos e do reconhecimento de novos objectos culturais, os estudos culturais conseguiram legitimar o cunho político da crítica. Por sua vez, com os estudos das culturas digitais, o hipertexto veio dar novo alento à teoria crítica e literária, como laboratório de recriação dos conceitos tradicionais de epistemologia, agência e ética. A análise das transformações introduzidas pelo suporte virtual à economia da escrita, da leitura, da pesquisa e da comunicação vem desvendando um vasto campo de questões. A interacção que marca as práticas digitais exige a renovação do nosso entendimento do que é um autor, um leitor, um texto, e do que é, também, o significado.

Finalmente, o esgotamento da escala nacional de análise alterou o enquadramento da relação entre a produção do conhecimento e a intervenção social, fazendo-nos repensar as funções do intelectual público. As múltiplas dinâmicas de transnacionalização, inclusive dos próprios profissionais, abre a hipótese de as CSH se desligarem do Estado, escolherem outros parceiros de intervenção e criarem novos contextos de luta política. Esta possibilidade é tanto mais promissora num momento em que a Universidade atravessa, também ela, transformações profundas, que põem em causa a continuidade do seu papel na afirmação dos intelectuais públicos e na projecção e credibilização social do conhecimento em CSH. Perguntamo-nos, enfim, até que ponto poderão estas mudanças potenciar a renovação das teorias e das metodologias e levar as CSH a ultrapassar o tradicional impasse entre a análise crítica e a transformação política.

Mary Layoun | Mapas do Aqui e Agora: Visionando o pós-Aqui e o pós-Agora

A metáfora de um mapa das nossas maneiras de conhecer e ver e agir no mundo é particularmente rica para a reflexão sobre o saber académico e a transformação social. A espacialização inerente do mapa, quaisquer que sejam os seus contornos, permite uma compreensão situada de territórios diversos, em relação aos quais qualquer posição tem uma localização diferente e, por isso, é capacitada e des-capacitada de modo diverso. Esta metáfora sublinha a permeabilidade das perspectivas e percepções para lá de uma localização única. E aponta estruturalmente, mesmo que apenas de modo implícito, para uma posição colectiva para além da localização individual.

Há mais de um quarto de século, ao reflectir sobre uma nostalgia neo-freudiana por um derradeiro momento de cura, no qual as dinâmicas do inconsciente propriamente dito ascenderiam à luz do dia e da consciência e seriam, de alguma maneira, “integrados” numa lucidez activa sobre nós próprios e sobre as determinações dos nossos desejos e comportamentos, Fredric Jameson observou com perspicácia que “a cura, neste sentido, é um mito”. “Da mesma maneira”, acrescenta, “há uma miragem equivalente no quadro de uma análise ideológica marxista”.

Nomeadamente, a visão de um momento no qual o sujeito individual adquiriria, de algum modo, plena consciência da sua determinação de classe e ficaria capaz de encontrar a quadratura do círculo do condicionamento ideológico, através de pura lucidez e da conquista do saber¹.

Se o Inconsciente Político de Jameson se focaliza, de uma forma bastante desordenada, no crítico, analista ou cientista individual e na sua missão de analisar e teorizar ao ponto de praticamente se excluir do empenhamento num mundo material com outros, a visão da nota admonitória de Jameson constitui, apesar de tudo, um ponto de partida valioso para a análise dos modos em que o estudo e a análise implicam mudança ou transformação - daquilo que estudamos, daqueles com quem aprendemos e estudamos, de nós mesmos. “Somos transformados por aquilo que perseguimos”, afirmou a jovem activista americana, Rachel Corrie, num email alguns dias antes de ser esmagada e assassinada por um bulldozer israelista fabricado pela U.S. Caterpillar.

Em “Mapas do Aqui e Agora: Visionando o pós-Aqui e o pós-Agora”, recorrerei às lições ricas que aprendi enquanto estudava os esforços de justiça social para transformar a vida política, social e cultural de Chipre e da Palestina / Israel para propor algumas reflexões, não apenas sobre “a subjectividade, o desejo e a localização do crítico”, mas também sobre as formas de conhecer e de agir para transformar que são colaborativas, participativas de maneiras diversas, e poéticas² bem como práticas e políticas³.

José Manuel Mendes | *Para além das narrativas e das tecnologias: redes indizíveis e o papel das resistências*

Partindo do artigo interpelante de Andrew Abbot “Against Narrative: A Preface to Lyrical Sociological”, pergunta-se sobre as possibilidades da análise sociotécnica, da teoria do actor-rede ou da sociologia da tradução para transmitirem as particularidades das situações sociais e dos dilemas que se colocam aos actores sociais e aos cientistas sociais, assim como da necessidade de incorporação na análise das emoções e do imponderável do social.

Se os discursos são essenciais para a performance do social, é crucial interrogarmo-nos sobre os limites das narrativas e activar uma sociologia das ausências. O que é que torna invisível a análise das redes sociotécnicas? Como relatam os investigadores aos leitores as suas relações e as suas hesitações quanto aos sujeitos e objectos de estudo? Que temporalidades são apresentadas e como se encadeiam as mesmas nas narrativas?

Apoiando-me na análise de situações de catástrofe ou de acontecimentos extremos, proponho acrescentar aos grupos envolvidos e aos grupos órfãos, definidos por Michel Callon, a noção de grupos descartáveis. Esta designação, proposta por Henri Giroux a propósito do impacto do furacão Katrina em Nova Orleães, orienta-nos para o trabalho político que coloca fora das redes sociais, como irrecuperáveis, todos os que não criam ou não possuem valor na perspectiva hegemónica e que, por conseguinte, não são construídos como portadores de direitos. Podem estes grupos ser enunciados em termos de redes sociais ou sociotécnicas?

O objectivo da comunicação é perguntar se as ciências sociais podem contribuir, de forma humilde, crítica e numa lógica de resistência, e a partir de índices, de brechas nas redes sociotécnicas, das hesitações, dos não-ditos nas narrativas, a pensar os grupos descartáveis e a discernir uma realidade fluida, composta de conexões parciais, de cristalizações sempre instáveis de dispositivos de poder, uma realidade que pode ser trabalhada politicamente.

Contrariamente à perspectiva de Foucault, o poder não é visto como a matriz estrutural que condiciona e produz tecnologias de controle sobre os corpos, os grupos e as comunidades, mas sim uma resposta, uma produção, uma reacção a actos, corpos, emoções, grupos e colectivos que colocam em causa os saberes e as práticas hegemónicas. Daí a importância de uma análise e de metodologias que possam estar atentas às brechas, às fissuras, às pequenas e grandes resistências, à ductilidade dos laços, dos compromissos e dos modos de vida.

Sobre os Participantes

¹Fredric Jameson, “The Dialectic of Utopia and Ideology”, in *The Political Unconscious: Narrative as a Socially Symbolic Act* (Cornell, 1981), 283

² Tal como em $B \ni \cdot \emptyset \Phi 4H$ representando um fazer criativo.

³ Tal como em $B \Delta \zeta > 4H$ representando acção, $B \ni 84946 \bar{H}$ relativo ao membro de uma comunidade ou cidadão.

Moderadora:

Virgínia Ferreira é doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Professora Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e Investigadora do CES. É desde 2004, membro da rede da Comissão Europeia *Expert Group on Gender and Employment*. As suas áreas de especialização são a sociologia das relações sociais de sexo, do trabalho e do emprego e as políticas públicas para a igualdade de mulheres e homens. É co-organizadora de *Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women, Mobility and Citizenship in Europe*. Oeiras: Celta, 1998 (com Teresa Tavares e Sílvia Portugal) e autora de inúmeras publicações nacionais e internacionais, tendo no prelo: *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego, A Maternidade e a Paternidade no Local de Trabalho: Direitos, Práticas e Representações* (Co-Autora, CITE), *Os Escritórios em Portugal: Trabalho, Emprego e Identidades* (Afrontamento) e *Sexo ou Género? A definição das mulheres e dos homens como colectivos sociais* (Celta Edit).

Conferencistas:

Mary Layoun é Professora da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Wisconsin-Madison, especialista em Literatura Comparada. As suas áreas de interesse incluem as relações este-oeste, as literaturas do "terceiro mundo", política e cultura, cultura visual, narrativas, retórica e nacionalismos. Entre outros títulos, escreveu *Wedded to the Land? Gender, Boundaries, & Nationalism in Crisis*, Durham and London: Duke University Press, 2001.

José Manuel Mendes é Presidente do Conselho Científico do Centro de Estudos Sociais e Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. As suas áreas de interesse são o risco e a vulnerabilidade social, o planeamento e o ordenamento do território, as identidades sociais e as desigualdades sociais. É autor de *Do ressentimento ao reconhecimento: Vozes, identidades e processos políticos nos Açores*, Porto: Edições Afrontamento, 2003.

Comentadores:

Cláudio Torres é arqueólogo e islamista, director do Campo Arqueológico de Mértola, responsável pela notável investigação que tem trazido à luz a importância daquela vila durante o período de ocupação islâmica. É autor, entre outros, de *Portugal Islâmico - os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, 1998 (com Santiago Macias). Recebeu o "Prémio Pessoa" (1991) e o "Prémio Rómulo de Carvalho" (2001). É o representante de Portugal no Comité do Património Mundial da UNESCO.

Marisa Matias é Investigadora do Centro de Estudos Sociais e doutoranda da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. As suas áreas de interesse incluem as relações entre ambiente e saúde pública, ciência e conhecimentos e democracia e cidadania. Escreveu, entre outros textos, "Rumo a uma saúde sustentável: Saúde, ambiente e política", *Saúde e direitos humanos*, 3, 2006 (com João Arriscado Nunes), e "Don't treat us like dirt: The fight against the co-incineration of dangerous industrial waste in the outskirts of Coimbra", *South European Society & Politics*, 9, 2004.

SESSÃO III. Interculturalidade e pós-colonialismos: é possível a igualdade na diferença?

19 de Junho, 17h00 -19h00

Os processos de globalização e liberalização e as críticas da modernidade e da herança colonial têm transformado as Ciências Sociais e Humanas (CSH), tanto no Norte global, como no Sul global. Este painel pretende examinar estas transformações em diferentes contextos, o seu impacto nas relações Norte-Sul no domínio das CSH, e ainda as formas como as próprias CSH têm auto-reflectido sobre essas transformações. Neste âmbito, surgem muitas indagações de natureza epistemológica, teórica, política e institucional, que podem ser centradas em duas questões principais. A primeira diz respeito ao impacto das críticas pós-coloniais na produção, recepção e apropriação do conhecimento no interior das CSH e para além delas. Esta circunstância implica uma análise das opções teóricas que permitem um descentramento da herança científica ocidental e a integração de diferenças culturais, preservando simultaneamente a possibilidade de diálogo e de envolvimento político. Implica ainda um questionamento dos modos como as CSH têm conseguido contrariar as hierarquias e os pressupostos supostamente inquestionáveis que transformam os sujeitos em objectos de conhecimento e reduzem a diversidade dos conhecimentos à monocultura do conhecimento científico. Um conceito chave neste contexto é a forma como a interrelação entre o uso académico e o uso comum dos conceitos de cultura e interculturalidade tem vindo a modelar novos enquadramentos epistemológicos e diferentes processos de mobilização política.

A segunda questão refere-se ao impacto da globalização nas CSH em diferentes contextos. Um aspecto crucial deste problema, relacionado com as políticas de co-desenvolvimento, diz respeito às consequências da migração de académicos/as e dos conhecimentos produzidos pelas CSH na direcção Norte-Sul, Sul-Norte e Sul-Sul. Torna-se necessário examinar criticamente temas como o tipo de investigação que o Norte realiza no Sul; as frequências e os impactos das viagens Norte-Sul, Sul-Norte e Sul-Sul de investigações e teorias nas CSH; os efeitos e significados da “evasão” de intelectuais do Sul para o Norte e do retorno ao Sul dos que se formam no Norte. É, portanto, fundamental reflectir sobre o tipo de diálogo travado nas relações Norte-Sul e Sul-Sul nas CSH e sobre o reconhecimento internacional do conhecimento produzido pelas CSH do Sul. Tem havido uma troca mais acentuada e mais igualitária nas relações Norte-Sul e Sul-Sul dos centros de investigação nas CSH?

Rámon Grosfoguel | *Dos Estudos Pós-coloniais aos Estudos Descolonizados: Descolonizando o conceito ocidental de Universalidade*

Este ensaio discute o conceito do Universal na tradição da filosofia Ocidental e propõe Um-Outro, uma forma mais descolonizada de pensar a Universalidade através do pensamento de Aimé Césaire, Enrique Dussel e dos Zapatistas. A primeira parte discute o conceito de Universal desde Descartes a Marx. A segunda parte discute o conceito de Universal proposto por Aimé Césaire a partir de uma perspectiva descolonizadora Afro-Caribiana. A terceira parte analisa o conceito de transmodernidade proposto por Enrique Dussel. A quarta parte discute a diferença entre o entendimento pós-moderno da política proposto pelos Zapatistas em “A Outra Campanha”. Por fim, discuto as implicações de todos estes factores no debate da esquerda relativamente ao partido de vanguarda vs. o movimento de retaguarda.

Maria Paula Meneses | *Saberes e traduções em África: desafios à interculturalidade*

Uma das dicotomias ‘clássicas’ modernidade, especialmente na área das ciências sociais, estabelece uma oposição constante entre as sociedades ‘tradicionais’, apresentadas como ‘locais’ - e a ‘modernização’ - fonte imediata de progresso - e sinónimo de intensa dinâmica social. A modernidade ainda nos dias que corre assume foros de globalidade, de expansão de uma forma mais desenvolvida de ver e explicar o mundo, ou seja, perpetua o mito imperial do ‘Norte’.

Com a colonização, e conseqüentemente, com o pós-colonial, a situação da relação poder-saber permanece um campo de disputa. Nesta apresentação o centro de análise incidirá sobre a falsa distinção entre a colonização como sistema de poder e de exploração, e da colonização como um sistema de conhecimento e representação. Esta abordagem abre campo para discutir a persistência de relações coloniais de subalternização após os processos de independência. De facto, a diferença colonial é reflexo de uma construção epistémica localizada pela desqualificação do saber do Outro, simbolizados pelo Sul global.

A ‘monocultura’ científica, associada à racionalidade moderna, trás para o centro das discussões o problema da interculturalidade. Procurando fugir a soluções estereotipadas a comunicação procurará, a partir de realidades africanas, discutir criticamente alguns exemplos de alternativas de análise que permitem actuar em duas direcções: uma, no sentido de combater a noção dominante de conhecimento, sinónimo de monocultura da ciência moderna; outra procurando compreender, a partir das bases, como diversos grupos sociais dialogam com estas imposições que lhe são colocadas e as formas de resistências que têm mobilizado contra estes.

Esta proposta multinstitucional não é nem radical nem nova, mas requer um questionar da legitimidade de uma simples e unilinear leitura da história, e especialmente do seu estatuto universal, interrogando-a sobre os seus limites. Tal atitude exige que uma outra história auto-reflexiva, que alerte para a variedade de paradigmas em competição, e, mais ainda, aceite que existem diferentes formas de relacionamento entre estes, provincializando o mundo. Os diálogos interculturais não resultam da transformação de concepções de direitos e cidadania a nível do Estado-Nação para concepções aparentemente mais universais. A resposta parece estar na construção de ‘novas’ parcerias que permitam igualdade na diferença. Ou seja, num conceito cosmopolita adjectivado por um caleidoscópio de encontros entre comunidade e indivíduos, onde o pós-colonial emerge como uma condição para a libertação cultural radical.

Sobre os Participantes

Moderadora:

Maria Ioannis Baganha é Professora Associada da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Investigadora do Centro de Estudos Sociais e Membro do Conselho da Administração da Rede IMISCOE (International Migration, Integration and Social Cohesion). Actualmente, desenvolve trabalho de investigação nos domínios da imigração e mercados de trabalho em Portugal, imigrantes de Leste em Portugal e políticas migratórias. Escreveu, entre outros títulos, *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2004 (com Lucinda Fonseca).

Conferencistas:

Rámon Grosfoguel é Professor Associado do Departamento de Estudos Étnicos da Universidade de Berkeley, especialista em estudos étnicos, estudos da América Latina, imigração internacional e desenvolvimento internacional comparado, sistemas globais, sociologia urbana e cidades globais. É autor, entre outras obras, de *Colonial subjects: Puerto Ricans in a global perspective*, Berkeley: University of California Press, 2003.

Maria Paula Meneses é Investigadora do Centro de Estudos Sociais, co-coordenadora e Executiva do Programa de Doutoramento "Pós-Colonialismos e Cidadania Global" e docente dos Programas de Doutoramento "Democracia no Século XXI", "Governança, Conhecimento e inovação" e "Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI". As suas áreas de interesse incidem sobre processos identitários, colonialismos e pós-colonialismos, resolução de conflitos e interlegalidade, produção e representação do conhecimento e ecologia humana. É autora de *Law and Justice in a Multicultural Society: The Case of Mozambique*, Dakar, Senegal: CODESRIA, 2006 (com Boaventura Sousa Santos e João Carlos Trindade), entre outros títulos.

Comentadores:

Ana Gabriela Macedo é Professora Associada do Departamento de Estudos Ingleses e Norte-Americanos da Universidade do Minho. Tem como principais áreas de interesse e de investigação a Literatura Comparada, a Literatura Inglesa (Modernismo e Pós-Modernismo), os estudos feministas e as poéticas visuais. Entre outras obras é autora de "Material Girls! Feminism and Body Matters", *Corpo e Identidades, Cadernos de Literatura Comparada* n.3-4, Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa Porto, Ed. Granito, 2001 (145-168), de *Dicionário da Crítica Feminista*, Edições Afrontamento, 2005 (com Ana Luísa Amaral) e de *Narrando o Pós-moderno: reescritas, re-visões, adaptações*, Centro de Estudos Humanísticos, Un. Minho, Braga, 2008.

Margarida Calafate Ribeiro é Investigadora do Centro de Estudos Sociais e responsável pela Cátedra Eduardo Lourenço na Universidade de Bolonha. É também co-ordenadora executiva do Programa de Doutoramento "Pós-Colonialismos e Cidadania Global" e docente no Programa de Doutoramento "Democracia no Século XXI". As suas áreas de interesse são os estudos pós-coloniais, a literatura portuguesa do século XX a literatura, a política e a história da Guerra Colonial, e mulheres e Guerra. Escreveu, entre outros títulos, *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto: Afrontamento, 2004 e *África no Feminino - as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial*, Porto: Afrontamento, 2007.

SESSÃO IV: A Universidade do futuro: há lugar para as Ciências Sociais e Humanas? 20 de Junho, 10h00-12h00

No actual momento de transição paradigmática, a Universidade surge no centro da opção fundamental entre um modelo de sociedade regido por parâmetros e lógicas economicistas, sob os imperativos do mercado, e um modelo capaz de conferir centralidade aos conceitos de cidadania, democracia e cultura. As CSH, áreas que resistem a critérios de utilidade e mercantilização, não podem deixar de estar no centro deste debate. As tentativas recentes de tornar as Ciências Sociais lucrativas poderão ou não constituir uma ameaça à sua liberdade de definir temas, objectos e métodos de investigação, bem como à independência política e económica dos seus resultados? Quanto às Humanidades, que lugar terão num modelo de Universidade e de sociedade assente num conceito de conhecimento materializável e utilitário? Como poderá ser aferido o sentido da missão das CSH? Numa perspectiva material, quantificável em resultados mercantilizáveis, ou exclusivamente na perspectiva imaterial da construção da cidadania e da democracia?

Neste âmbito, o desafio que se coloca às CSH é fundamental: estaremos perante a necessidade de relegitimar a sua própria razão de ser no espectro das ciências e das revisões críticas do próprio conceito de “conhecimento”, no conjunto da instituição universitária e perante as fontes de financiamento, públicas e privadas, e, em última instância, no conjunto da sociedade que as interpela e com quem interage na produção científica e na formação? Que papel poderão desempenhar os saberes das CSH na concepção de um modelo alternativo de organização universitária, no qual as mais diversas áreas do conhecimento, valências e missões possam conviver de forma fértil e desenvolver-se com a liberdade e autonomia que sempre foram pressupostos da missão da Universidade?

Valentin Mudimbe | *E Simónides disse: “É a cidade que educa os Humanos.” - Sobre a alma da Universidade de hoje, uma visão pessoal*

Paris-Nanterre (France), Lubumbashi (Congo), Haverford College and Duke (USA), três lugares de formação e três tipos de pensamento. Um antigo dito latino resume as dúvidas e as questões levantadas por um cenário inter e trans-cultural, *Non vitae (scholae) sed scholae (vitae) dicimus*.

António Sousa Ribeiro | *Um tecto entre ruínas? As humanidades na universidade do século XXI*

A conferência desenvolve uma reflexão sobre o contexto actual das humanidades na universidade, equacionando os caminhos de futuro potenciados pela reconstrução das ciências humanas como lugar de um desassossego capaz de perturbar as evidências disciplinares e de afirmar a condição fronteira como espaço produtivo de articulação dos saberes.

Sobre os Participantes

Moderador:

Carlos Fortuna é Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Sociais. É actualmente Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. As suas actuais áreas de interesse são património, turismo cultural e modernização urbana e espaço público e práticas culturais. É autor, entre outros, de *Cidade, Cultura e Globalização* (org.) (Celta, 1999), *Identidades, Percursos e Paisagens Culturais* (Celta, 1999) e *Projecto e Circunstância* (org. c/ A. Santos Silva) (Afrontamento, 2002).

Conferencistas:

Valentin Mudimbe é Professor de Literatura na Universidade de Duke. Recebeu *honoris causa* pela Universidade de Paris VII (1997) e pela Universidade Católica de Lovaina (2006). Tem como áreas de interesse e investigação a Fenomenologia e o Estruturalismo, as narrativas míticas e a linguagem. Entre outros livros, é autor de *Invention of Africa*, Bloomington, Indiana University Press, 1988. Coordenou ainda os volumes *The Idea of Africa* (1994), *Nations, Identities, Cultures* (1997), e *Diaspora and Immigration* (1999).

António Sousa Ribeiro é Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Sociais, onde é co-coordenador do Núcleo de Estudos Culturais Comparados e director da *Revista Crítica de Ciências Sociais*. De entre as suas actuais áreas de interesse destacam-se os estudos sobre literaturas e culturas de expressão alemã, a literatura comparada, os estudos pós-coloniais, os estudos de tradução, os estudos sobre o Modernismo e os estudos sobre a violência. É autor de *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto: Afrontamento, 2002 (com Maria Irene Ramalho), entre outros títulos.

Comentadores:

Luíza Cortesão é Professora Emérita da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. É especialista em problemáticas interculturais e estudos freireanos, excelência académica, cidadania e formação de adultos. Escreveu, entre outros títulos, *Ser professor: um ofício em vias de extinção?*, Porto: Ed. Afrontamento, 2000.

Elísio Estanque é Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador no Centro de Estudos Sociais. É especialista em estudos de classes e desigualdades sociais,

movimentos sociais e estudantis. As suas actuais áreas de interesse centram-se nas relações de trabalho, emprego e sindicalismo. Entre as suas publicações destacam-se: *Entre a Fábrica e a Comunidade*. Porto: Afrontamento, 2000; "Class and social inequalities in Portugal" in Devine, F. e Waters, M., *Social Inequalities in Comparative Perspective*. London: Blackwell, 2004; *Mudanças no Trabalho e Ação Sindical: Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. São Paulo: Cortez, 2005 (co-autor); "A questão social e a democracia no início do século XXI: participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo". Lisboa: Revista Finisterra, vol. 55/56/57, 2006; *Do Activismo à Indiferença - Movimentos Estudantis em Coimbra*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007 (co-autor).

SESSÃO V: Políticas sociais e novos riscos públicos: é possível combinar complexidade com equidade?

20 de Junho, 14h00-16h00

As Ciências Sociais e Humanas (CSH) têm-se confrontado com múltiplos desafios, relacionados, por um lado, com a temática das políticas sociais, e, por outro lado, com a temática dos novos riscos públicos. Em ambos os casos, estes desafios aparecem extensamente associados aos processos contraditórios de globalização neoliberal.

Um dos desafios remete para as temporalidades e dinâmicas que as políticas sociais vêm mantendo face aos horizontes de equidade, redistribuição, segurança e justiça social. Considerando a tensão entre a lógica capitalista de acumulação e a necessidade da sua legitimação através de políticas sociais, cabe às CSH repensar o papel efectivo do Estado e a sua capacidade de criar e implementar políticas sociais, rumo a uma transformação social emancipatória. Há também que atender às diferenças entre o Norte e o Sul, os seus modelos de políticas sociais e as especificidades das crises que os mesmos enfrentam, no contexto de globalização neoliberal. Torna-se necessário, assim, pensar a articulação das diferentes escalas - local, nacional, regional e global - e dos actores sociais e políticos envolvidos na formulação e implementação das políticas sociais. Examinar esta articulação suscita um questionamento acerca dos significados de "política social global" e dos papéis desempenhados pelas agências transnacionais hegemónicas que desenvolvem modelos de política social. Este exame conduz, ainda, à análise crítica da emergência e actuação de outros actores, que não o Estado, como ONGs e movimentos sociais.

Os novos riscos públicos, por sua vez, têm vindo a tornar-se uma preocupação central de vários domínios científicos, incluindo as CSH. O desenvolvimento destas novas áreas requer novas formas de institucionalização, ancoradas no desenvolvimento de novas parcerias e em trabalho transdisciplinar. Em vários domínios, tem surgido um conjunto de preocupações públicas acompanhadas por novas e emergentes concepções de risco, nos domínios do ambiente e da saúde pública, da segurança alimentar, das tecnologias médicas, das tecnologias da informação e da comunicação, dos desastres naturais, dos acidentes industriais, da segurança pública, assim como nas formas emergentes de vulnerabilidade social associadas às mudanças económicas e institucionais. O que conta como risco em diferentes sociedades e em diferentes contextos sociais e socio-ecológicos em todo o mundo, tanto no Norte como no Sul, é variável e é inseparável de novas configurações de conhecimentos, que mobilizam saberes científicos e especializados, mas também saberes locais e baseados na experiência. O mesmo se aplica à diversidade de actores envolvidos nas respostas aos riscos em diferentes locais e em diferentes escalas.

A teoria social contemporânea - da economia à sociologia - comporta tensões importantes que se reflectem de maneira significativa no modo como se encara a organização social, económica e política. A paradigmas assentes no primado dos princípios da globalização - que vêem nas mobilidades e na racionalidade dos actores não-territorializados o essencial do poder de condução das sociedades - contrapõem-se outras perspectivas, que sublinham a variedade das configurações que formam o mundo. Trata-se, no fundo, de discutir se prevalece um princípio de convergência dos sistemas sociais, perante o qual as diferenciações são factos marginais, transitórios e apenas funcionais em relação à "sede" dominante, ou se, pelo contrário, há lugar para lógicas de estruturação colectivas e para modos diferenciados de governação.

Para além deste debate, resta ainda saber se os actores - a pluralidade dos actores relevantes - desenvolvem estratégias intencionais com as quais procurem assegurar o domínio dos contextos em que agem, ou se essa capacidade lhes está vedada, porque pertence a um núcleo reduzido e autoritário. Se se privilegia a primeira hipótese, dá-se valor à consolidação de formas institucionais que consagram a diferença e a variedade. Se isso não acontece, torna-se relativamente indiferente considerar os fenómenos específicos, porque eles não são sustentáveis.

Shiv Visvanathan | *Democracia, Diversidade e o Corpo Político: A emergência da Biotecnologia como imaginação na Índia*

"Risco" e "Regulação" tresandam às novas ciências do comportamento. Fazem novos desafios à ciência e à democracia, exigindo experiências novas e novas formas de institucionalização na esfera pública.

Esta comunicação baseia-se na emergência da biotecnologia no domínio da agricultura. Se construíssemos o texto somente como um discurso formal de ciência política, teríamos de considerar, previsivelmente, questões de regulação, licenciamento, monitorização. Mas os discursos da ciência tendem a ser demasiado ordenados. Muitas vezes, a ciência política encara os debates no terreno como ruído, como coscuvilhice, como um estádio pré-científico do discurso racional. Porém, quando consideramos as metáforas, a linguagem, as normas, os rumores relativos à agricultura e ao risco da

biotecnologia, há um discurso diferente que emerge. São visões de justiça, consumismo, estilo de vida, todas elas ancoradas em torno das variantes do corpo enquanto metáfora. Baseada em trabalho de campo e dados de pesquisa obtidos em três estados - Gujarat, Punjab e Andhra Pradesh - esta comunicação defende a tese de que a biotecnologia está a ser construída em territórios onde o corpo escapou ao corpo político. A complexidade emerge não somente como ciência, mas como uma diversidade de narrativas que procuram, cada uma delas, construir uma visão da sociedade de modos diversos. Conhecimento local e global, ciência, coscuvilhice, rumores, discurso oficial e dialectos competem, todos eles, para construir e traduzir este espaço emergente. Concentrarmo-nos no meramente formal é demasiado oficial. Os debates sobre o risco e a biotecnologia precisam de ter em conta o "ruído" da democracia, procurando construir um novo contexto para a agricultura.

Sílvia Portugal | *Sob(re) as políticas que não nos protegem: novos riscos e desafios à teoria sociológica*

As últimas décadas caracterizam-se por inúmeras mudanças sociais, económicas, demográficas e ambientais que definem novos padrões de configuração, percepção e enfrentamento dos riscos. Simultaneamente, os sistemas de produção de bem-estar atravessam profundas reestruturações, resultantes da globalização, da retracção do Estado-Providência e das transformações nas famílias.

O desemprego elevado e persistente, o aumento das desigualdades no rendimento, a persistência da pobreza, apesar do crescimento económico, o envelhecimento demográfico, a queda da fecundidade, o aumento das doenças mentais, a incidência dos maus-tratos e do abuso sexual, a violência familiar, a redução das coberturas de protecção social, a persistência das desigualdades no acesso à saúde e à educação, a continuada exclusão de vastos grupos sociais são alguns dos elementos que obrigam, hoje, a (re)pensar os sistemas de produção de bem-estar.

O pensamento sobre esta matéria tem sido dominado pelas teorias acerca dos mundos de bem-estar de Esping-Andersen, cuja perspectiva, apesar de assentar na tríade Estado-mercado-família, se centra sobretudo na provisão estatal. A importância dos sistemas informais de protecção social foi durante muito tempo esquecida e o interesse político e analítico que hoje suscita está indissociavelmente relacionado com a crise do Estado-Providência. Numa época de retracção das políticas sociais, as abordagens passaram necessariamente a ter que contemplar outras esferas de produção de bem-estar para além do Estado. A crise trouxe para o centro dos debates a questão da partilha de responsabilidades entre as solidariedades públicas e privadas e, como tal, a (re)descoberta da importância da família e da comunidade como esferas de protecção social.

Nesta comunicação parte-se da identificação de alguns problemas e riscos sociais para discutir os desafios que se colocam hoje à definição de políticas públicas e ao pensamento sobre a produção de bem-estar. As diferenças (entre Norte e Sul, homens e mulheres, jovens, adultos e velhos, trabalhadores e desempregados), assim como as semelhanças (na exposição ao risco, à pobreza e à exclusão) obrigam a uma revisão das formas de pensar a protecção social. A comunicação propõe a substituição do clássico triângulo analítico por um hexágono, que integre, para além do Estado, do mercado e da família, as redes informais, as associações da sociedade civil e as agências internacionais. Procura, deste modo, alternativas teóricas que permitam integrar a diversidade de actores presentes na produção de bem-estar, dando conta das suas potencialidades e fragilidades e das formas de articulação entre eles.

Sobre os Participantes

Moderador:

Pedro Hespanha é Professor Associado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador no Centro de Estudos Sociais. É especialista em sociologia rural e as suas actuais áreas de interesse são cidadania social e crise do Estado Providência, globalização, risco social e integração e marginalização. Escreveu, entre outros, *A transformação da Família e a Regressão da Sociedade-Providência*, Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte, 2002 (com Sílvia Portugal).

Conferencistas:

Shiv Visvanathan é Investigador Sénior do Centro de Estudos das Sociedades em Desenvolvimento, (Centre for the Study of Developing Societies- CSDS), em Delhi. Antropólogo e investigador na área dos Direitos Humanos, as suas áreas de interesse são as relações psicológicas, culturais e políticas da ciência, o controlo da sociedade pela tecnologia e os elos entre o poder científico e as estruturas autoritárias do Estado. É autor, entre outros, de "The Philosopher of Obsolescence", *Times of India*, 1998.

Sílvia Portugal é doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Professora Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES). O seu trabalho de investigação tem usado a teoria das redes para discutir as relações entre

sistemas formais e informais de produção de bem-estar. Neste âmbito, tem pesquisado sobre a importância da família no sistema de protecção social português, dando especial destaque ao papel das mulheres. Tem diversas publicações nacionais e estrangeiras sobre estas temáticas. Editará, brevemente, na Editora Quarteto, *Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais*.

Comentadores:

Graça Carapineiro é Professora Associada com Agregação no ISCTE e Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. As suas áreas de interesse incluem a sociologia das profissões e a sociologia da saúde e da medicina. É autora, entre outros títulos, de *Sociologia da Saúde. Estudos e Perspectivas*, Coimbra: Pé de Página Editores, 2006.

João Arriscado Nunes é Professor Associado com Agregação na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Sociais. As suas actuais áreas de interesse incluem democracia, cidadania e participação e os estudos sociais da ciência e da tecnologia, especialmente da investigação biomédica e em ciências da vida. É co-organizador de *Reinventing democracy: Grassroots movements in Portugal*, London and New York: Routledge, 2006 (com Boaventura de Sousa Santos) e autor de diversas publicações.

SESSÃO VI. Governação e dinâmicas sociais contemporâneas: um mundo de diversidades ou de homogeneidades?

20 de Junho, 16h30-18h30

A teoria social contemporânea - da economia à sociologia - comporta tensões importantes que se reflectem de maneira significativa no modo como se encara a organização social, económica e política. A paradigmas assentes no primado dos princípios da globalização - que vêem nas mobilidades e na racionalidade dos actores não-territorializados o essencial do poder de condução das sociedades - contrapõem-se outras perspectivas, que sublinham a variedade das configurações que formam o mundo. Trata-se, no fundo, de discutir se prevalece um princípio de convergência dos sistemas sociais, perante o qual as diferenciações são factos marginais, transitórios e apenas funcionais em relação à "sede" dominante, ou se, pelo contrário, há lugar para lógicas de estruturação colectivas e para modos diferenciados de governação.

Para além deste debate, resta ainda saber se os actores - a pluralidade dos actores relevantes - desenvolvem estratégias intencionais com as quais procurem assegurar o domínio dos contextos em que agem, ou se essa capacidade lhes está vedada, porque pertence a um núcleo reduzido e autoritário. Se se privilegia a primeira hipótese, dá-se valor à consolidação de formas institucionais que consagram a diferença e a variedade. Se isso não acontece, torna-se relativamente indiferente considerar os fenómenos específicos, porque eles não são sustentáveis.

A forma como se encara o capitalismo contemporâneo exemplifica este problema. Em alguns casos, limita-se esta forma histórica de organização social à faceta que se designa, correntemente, de neoliberal. Noutros, interessa compreender o capitalismo não liberal e aquele que desenvolveu mecanismos de coordenação robustos, para além do mercado. Surge, então, a noção de governação - pouco nobre para as primeiras perspectivas - e o estudo das instituições torna-se central. É também nesta linha que se pode debater se a evolução e as dinâmicas sociais resultam de soluções sociais laboriosas e diferenciadas, construídas em territórios concretos, do local ao regional, ao nacional e aos processos de integração, ou se, pelo contrário, se deve privilegiar alternativas da mesma escala transnacional e assentes em princípios comparáveis aos do capitalismo neoliberal.

Bruno Amable | A Agenda de Lisboa: o fim do(s) modelo(s) europeus de capitalismo?

Na Cimeira Europeia de Lisboa em 2000, fixou-se o objectivo de, até 2010, tornar a União Europeia na economia assente no conhecimento mais competitiva do mundo. Na raiz do processo de Lisboa está a percepção de que a Europa tem dificuldades para enfrentar os maiores desafios do início do novo milénio: globalização, envelhecimento e transformações tecnológicas. Os problemas com que a Europa se defronta na concretização do objectivo fixado para 2010 são geralmente atribuídos à existência de instituições ultrapassadas que impediriam a transição para uma nova era do capitalismo: protecção no emprego, regulamentos de concorrência, ou até a protecção social. O diagnóstico é de que o modelo

Europeu não conseguirá estar à altura deste desafio se não for “renovado”. A Agenda de Lisboa estabeleceu uma série de reformas estruturais, com vista a impulsionar o crescimento e a inovação. Esta comunicação irá analisar criticamente esta Agenda. Com base na moldura teórica e nos resultados empíricos propostos em Amable [2003], defenderei a tese de que a Agenda de Lisboa, em si mesma, não define um modelo “coerente” de capitalismo⁴; a Agenda acompanhou e reforçou um processo pré-existente de transformação institucional que conduzirá, provavelmente, os países europeus a um tipo de capitalismo que será novo para a maioria deles. Este processo levará tempo e, com toda a probabilidade, confrontar-se-á com uma oposição política e social substancial pelo caminho. Apesar de o objectivo da Agenda de Lisboa ser “renovar” o modelo europeu de capitalismo, parece que o processo de renovação alterará tantas características institucionais importantes que levará a um modelo completamente diferente.

José Reis | Os mapas da diversidade: para além da globalização e da “redução” do mundo

Nesta apresentação discutir-se-á, numa perspectiva crítica, aquilo que se considera ser a “deriva” funcionalista das ciências sociais contemporâneas. O lugar central dado ao fenómeno da globalização levou a que, em vez de se procurar situá-lo e delimitá-lo, se fizesse das hipóteses subjacentes um uso generalizado para a análise totalidades dos fenómenos sociais. Emergiu, assim, um paradigma “globalista” de interpretação do social, do político e do económico que ultrapassou largamente a matéria que a globalização comporta, enquanto fenómeno contemporâneo. Parece, pois, que a visão uniformizadora, assente num único princípio de racionalidade e de acção, que a economia desempenhou longamente no quadro das ciências sociais é agora também disputada por outras disciplinas, designadamente a sociologia.

O que se propõe nesta comunicação é reintroduzir noções que devolvam aos processos colectivos, aos actores, às estruturas sociais e territoriais ou às instituições uma natureza não exclusivamente sobredeterminada por princípios de acção que lhes são exteriores, mas também baseada na capacidade de determinação e de estruturação social que eles próprios possuem. Inventariar-se-ão as “tensões” que podem reconstituir a complexidade e a variedade das dinâmicas sociais e mostrar-se-á que o conceito de governação deriva justamente destas características, isto é, da existência de ordens relacionais plurais e diversas que implicam coordenação. Defender-se-á, finalmente, que a variedade é um desafio estimulante para as ciências sociais contemporâneas e para a renovação das perspectivas críticas.

Sobre os Participantes

Moderadora:

Maria Manuel Leitão Marques é Professora Catedrática da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, especialista em Direito Económico e Investigadora do Centro de Estudos Sociais, onde coordenava o Observatório do Endividamento dos Consumidores. É actualmente Secretária de Estado da Administração Pública. As suas áreas de interesse são o direito da concorrência, direito do consumo e endividamento e sociologia da administração da justiça. Publicou, entre outros, *Um Curso de Direito da Concorrência*, Coimbra: Coimbra Editora (2002)

Conferencistas:

Bruno Amable é Professor de Economia na Université Paris I Panthéon-Sorbonne e Investigador no CEPREMAP - Centre pour la Recherche Economique et ses Applications. Tem desenvolvido a sua investigação sobre uma teoria das instituições e do capitalismo comparativo, tendo a sua análise das diversidades do capitalismo sido particularmente marcante. Mais recentemente, num dos seus últimos livros, analisa de uma perspectiva neorealista da mudança institucional a ameaça do retorno do ‘moral’ sobre a economia política, em *L’économie politique n’est pas une science morale* (com Stefano Palombarini), Raisons d’Agir, Paris, 2005.

José Reis é Professor Catedrático da Faculdade de Economia e Investigador no Centro de Estudos Sociais. Os seus temas de investigação em economia compreendem três áreas principais: economia dos territórios, institucionalismo, Estado e governação e economia portuguesa. *Economia Impura*, Edições Almedina, 2007, é a sua mais recente publicação

Comentadores:

⁴ Sobre a noção de “coerência”, ver Amable et al. [2005].

António Manuel Figueiredo é Professor Auxiliar Convidado do Grupo de Economia da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e Presidente do Conselho de Administração da Quaternaire Portugal. As suas áreas de interesse são o crescimento e desenvolvimento económico, a inovação, o planeamento estratégico territorial e urbano, e a avaliação de políticas públicas. Entre outras publicações é autor de *National Urban System: Medium Sized Cities and Territorial Dynamics*, DGOTDU, 2002.

José António Bandeirinha é Professor Associado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Departamento de Arquitectura, e Investigador do Centro de Estudos Sociais. É actualmente Pró-Reitor para a Cultura da Universidade de Coimbra. As suas áreas de interesse incluem as políticas urbanas e as políticas ambientais. É autor, entre outros, de *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.

SESSÃO VII: Globalização, paz e democracia: são possíveis alternativas à violência? 21 de Junho, 9h30-11h30

No actual contexto de globalização neoliberal e de invasões promovidas pelos Estados Unidos da América e por seus aliados em nome da democracia, impõe-se às CHS problematizar as relações entre paz e democracia. Em primeiro lugar, devem-se questionar os significados que ambos os termos adquirem em diferentes discursos políticos e em diferentes contextos sociais, económicos e culturais. Segundo, há que se pensar nas relações entre as diferentes escalas (local, regional, nacional e global) e dimensões (cultural, estrutural, inter-subjectiva) das violências que ocorrem por todo o mundo. Quais são as condições necessárias para os processos de paz e de democracia social? Por último, cabe reflectir criticamente sobre a relação entre paz e democracia. Assumindo que a democracia liberal e representativa não é suficiente para o reconhecimento dos interesses de diversos grupos sociais e para a administração pacífica dos seus conflitos, outras formas de democracia, como a “democracia radical” e a “democracia participativa”, têm vindo a ser propostas e praticadas em alguns contextos tanto do Norte como do Sul global. Mas é preciso indagar, igualmente, como estas outras formas de democracia se relacionam com a violência e com a paz. Quais as contribuições da democracia participativa na negociação pacífica de conflitos violentos? Até que ponto a paz social não será também uma das condições para os processos de democracia participativa?

Chantal Mouffe | *Política Agonística num Mundo Multipolar*

Nesta comunicação, defenderei a tese de que muitas das novas formas de violência a que assistimos hoje em dia se devem ao facto de vivermos num mundo onde não existem canais legítimos para resistir à imposição do modelo neo-liberal de globalização. É por esta razão que os conflitos, quando emergem, se manifestam como uma oposição antagonística entre amigo e inimigo. Para evitar a multiplicação de antagonismos, é necessário criar as instituições e as práticas que permitam que os conflitos assumam a forma de um confronto agonístico entre adversários legítimos. Isto requer o desenvolvimento de um mundo multipolar.

José Manuel Pureza | *Para que servem os estudos para a Paz?*

A trajectória dos Estudos para a Paz conduziu-os da condição de discurso integrante do bloco crítico à tradição em Relações Internacionais e à cooperação como discurso fundamentador das novas políticas de governação global. Com efeito, o “peacebuilding consensus” é um suporte ideológico sólido da hegemonia contemporânea do projecto de paz liberal em termos de governação global. Este projecto é internamente contraditório. Por um lado, é claramente marcado por uma naturalização de formas de administração internacional que recupera velhos conceitos de raiz colonial; por outro, evidencia-se uma recusa do centro do sistema-mundo em assumir responsabilidades directas pelos resultados dessa governação internacional (o “empire in denial” de que fala David Chandler). Em grande medida, as operações de paz de segunda geração das Nações Unidas - e a “grande estratégia” que lhes subjaz, desenhada na Agenda para a Paz de Boutros Ghali na década de noventa - são a síntese política desse projecto contraditório. Nesse sentido, cabe interrogar se os estudos para a paz se tornaram num quadro teórico ao serviço da solução de problemas técnicos para um novo quadro de governação global ou se há ainda margem para o seu resgate como componente forte de uma teoria crítica para as relações internacionais contemporâneas.

Sobre os Participantes

Moderador:

Fernando Ruivo é Professor da Faculdade de Economia e Investigador do Centro de Estudos Sociais. É especialista em Sociologia do Estado, do Direito e da Administração e, nos últimos vinte anos, as suas áreas de interesse têm vindo a incidir sobre os Poderes Locais, tanto em Portugal como numa perspectiva comparada. Foi Director Executivo do CES e Coordenador da Licenciatura em Sociologia, co-coordenador de Programas de Mestrado e Doutoramento, bem como Investigador Responsável de muitos projectos de investigação, nacionais e europeus. Actualmente coordena ainda o Curso Integrado Coimbra-Bordéus e o Observatório dos Poderes Locais, tendo sido docente convidado ou realizado estágios de investigação em muitas Universidades estrangeiras. Da extensa lista de publicações de que é autor, destacam-se *O Estado Labiríntico* (Porto: Afrontamento, 2000; Prémio Círculo Teixeira Gomes 2001) e *Poder Local e Exclusão Social* (Coimbra: Quarteto, 2000).

Conferencistas:

Chantal Mouffe é Professora de Teoria Política na Universidade de Westminster e Investigadora na Universidade de Harvard, Cornell, na Universidade da Califórnia, e no Centre National de la Recherche Scientifique em Paris. As suas actuais áreas de interesse incluem o populismo de direita na Europa e novos modelos de democracia. Escreveu, entre outros títulos, *On the Political*, Routledge, Taylor & Francis Group, 2005.

José Manuel Pureza é Professor Associado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Investigador no Centro de Estudos Sociais, e especialista em Direito Internacional, Relações Internacionais e Estudos para a Paz. As suas áreas de interesse incluem prevenção e gestão de conflitos armados e a reconstrução pós-conflito. Escreveu, entre outros, o livro *O património comum da humanidade. Rumo a um direito internacional da solidariedade?* Porto: Afrontamento, 1998 e de *Para uma cultura da paz*. Coimbra: Quarteto, 2001.

Comentadores:

Rui Tavares é historiador, e doutorando na *Ecole d'Hautes Etudes en Sciences Sociales*, Paris. É cronista no jornal *Público* e no *Blitz*, e consultor no programa *Câmara Clara* (RTP2). Os seus interesses de investigação centram-se em história cultural, história e crítica da arte e da literatura, e nas relações entre cultura, política e ciência na Época Moderna. Das suas publicações, destacamos: *O Regicídio* (com Maria Alice Samara; Tinta-da-China, 2008), *O Arquitecto* (Tinta-da-China, 2007), *Pobre e Mal-Agradecido* (Tinta-da-China, 2006) e *O Pequeno Livro do Grande Terramoto* (Tinta-da-China, 2005).

Cecília MacDowell Santos é Professora Associada de Sociologia na Universidade de São Francisco (Califórnia) e Investigadora do Centro de Estudos Sociais. As suas áreas de interesse incluem direitos humanos e globalização, direitos das mulheres, memória e justiça no Brasil. Entre outros títulos, escreveu *Women's Police Stations: Gender, Violence, and Justice in São Paulo, Brazil* (New York: Palgrave Macmillan, 2005).

MESA REDONDA I: Cartografando futuros

21 de Junho, 12h 00-13h 00

Mapear os territórios diversos das Ciências Sociais e Humanas (CSH) neste início de século não envolve apenas analisar os seus diferentes trajectos teóricos, metodológicos, analíticos ou de intervenção. Envolve também repensar as diferentes formas de institucionalização das CSH e o modo como elas permitem construir e pensar novos futuros.

Neste sentido, é importante que tais questões sejam debatidas, não só internamente, no seio da comunidade científica, nas próprias instituições de investigação e nas respectivas sociedades científicas, como também com entidades intermediárias, agências financiadoras da investigação em CSH ou similares. Estas organizações não apenas têm uma intervenção decisiva nestes processos, através das respectivas decisões e, em particular, da atribuição de financiamentos, como desempenham igualmente um papel importante na intermediação entre os investigadores, o poder político e a sociedade no seu conjunto. Se, por um lado, auscultam a comunidade científica na definição das principais questões de investigação, dos principais avanços teóricos e metodológicos, como o poderão fazer neste colóquio, também colocam à mesma comunidade objectivos para os quais a sociedade pretende ver respostas.

Esta sessão pretende contribuir para evidenciar esse diálogo, criando um espaço de discussão sobre o futuro das CSH (ou mesmo sobre as CSH do futuro?), em que essas diferentes formas de institucionalização sejam também debatidas com responsáveis de organizações intermediárias, à luz das questões colocadas pelo Colóquio e das opções estratégicas das políticas de investigação. Pretende-se também que esta discussão seja feita não apenas na lógica dominante do 'Espaço Europeu de Investigação', mas que o ultrapasse, considerando diferentes espaços de investigação, e abordando, também aqui, as questões Norte-Sul nas CSH.

Sobre os Participantes

Moderador:

Tiago Santos Pereira é Director Executivo e Investigador do Centro de Estudos Sociais. Co-coordenador do Programa de Doutoramento CES/FEUC sobre 'Governança, Conhecimento e Inovação', é doutorado em estudos de políticas de ciência e tecnologia e as suas actuais áreas de interesse incidem sobre os processos de governação da C&T, com referência a diversos níveis: nacional, europeu e global. Tem colaborado com instituições na área das políticas de C&T, sendo actualmente membro do Network Board da rede ERA-NET NORFACE. Entre outras publicações, é autor de *Enhancing Science Policy and Management in South East Europe: S&T Statistics and Indicators Systems*, UNESCO-BRESCE Science Policy Series No. 4, Veneza: UNESCO-BRESCE, 2007.

Conferencistas:

Emir Sader é actualmente Secretário Executivo do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e Professor de Sociologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde dirige o Laboratório de Políticas Públicas. Foi docente e investigador em diversas universidades e centros de investigação na América Latina e Professor Convidado nas Universidades de Paris VIII e de Oxford. As suas áreas de investigação englobam os movimentos sociais na transição democrática, o pós-neoliberalismo e as políticas sociais. Publicou, entre outros livros, *A Vingança da História*, Boitempo Editorial, 2003.

Teresa Cruz e Silva é Presidente do Executive Committee do Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA), Investigadora do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, onde é Professora. As suas áreas de interesse incluem o nacionalismo e os movimentos de libertação nacional em Moçambique, as igrejas protestantes e a formação de uma consciência política em Igrejas, a formação de redes sociais em áreas urbanas. Escreveu, entre outros títulos, *'Lusofonia' em África: História, Democracia e Integração Africana*, CODESRIA, 2005.

Lígia Amâncio é Professora Catedrática do ISCTE, no Departamento de Psicologia Social e das Organizações é actualmente Vice-Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). As suas áreas de interesse incluem os estudos da construção social da diferença entre sexo e género, e as teorias psicossociológicas da relação de dominação entre os sexos. É autora, entre outros, de *Masculino Feminino: A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento, 1998 (2ª ed.).

Helga Nowotny é Vice-Presidente do European Research Council (ERC), Presidente do Conselho Consultivo da Universidade de Viena e Professora Emérita do ETH Zurique, em Estudos Sociais da Ciência. As suas áreas de interesse incidem sobre a relação entre ciência e sociedade, controvérsias socio-técnicas, política científica, tempo social, e riscos, ambiente e sustentabilidade. Entre outras publicações é co-autora de *Re-Thinking Science: Knowledge and the Public in an Age of Uncertainty*, Oxford: Polity, 2001.